

Angela Davis

**A LIBERDADE
É UMA LUTA
CONSTANTE**

Organização: Frank Barat

Tradução: Heci Regina Candiani



© desta edição, Boitempo, 2018

© Angela Davis, 2015

Tradução do original em inglês *Freedom Is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement* (Chicago, Haymarket, 2016)

<i>Direção editorial</i>	Ivana Jinkings
<i>Edição</i>	Bibiana Leme
<i>Assistência editorial</i>	Thaisa Burani
<i>Tradução</i>	Heci Regina Candiani
<i>Preparação</i>	Mariana Tavares
<i>Revisão</i>	Thais Rimkus
<i>Coordenação de produção</i>	Livia Campos
<i>Capa, abertura e imagens internas</i>	Ronaldo Alves
<i>Diagramação</i>	Crayon Editorial

Equipe de apoio: Allan Jones / Ana Carolina Meira / Ana Yumi Kajiki / André Albert / Artur Renzo / Camilla Rillo / Eduardo Marques / Elaine Ramos / Frederico Indiani / Heleni Andrade / Isabella Barboza / Isabella Marcatti / Ivam Oliveira / Kim Doria / Marlene Baptista / Maurício Barbosa / Renato Soares / Thaís Barros / Tulio Candiottto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D292L

Davis, Angela, 1944-

A liberdade é uma luta constante / Angela Davis ; organização Frank Barat ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

Tradução de: Freedom Is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement

Inclui índice

ISBN 978-85-7559-612-8

1. Sociologia. I. Barat, Frank. II. Candiani, Heci Regina. III. Título.

18-47467

CDD: 305

CDU: 316.7

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: fevereiro de 2018; 1ª reimpressão: janeiro de 2019;
2ª reimpressão: setembro de 2019; 2ª reimpressão: setembro de 2020

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo





FEMINISMO E ABOLICIONISMO: TEORIAS E PRÁTICAS PARA O SÉCULO XXI

Discurso realizado como conferência pública anual do Center for the Study of Race, Politics and Culture em colaboração com o Center for the Study of Gender and Sexuality* na Universidade de Chicago (4 de maio de 2013)

Permitam-me dizer que esta é a primeira vez em muitos anos que passo um período prolongado em Chicago, quer dizer, quatro dias – quatro dias inteiros. E, se ontem e hoje eu me senti na Chicago que sempre conheci, terça-feira e quarta-feira foram os dias mais bonitos que vivi nesta cidade! [Risos.] E comecei a pensar: “Posso morar aqui!”, até que ontem o vento e o frio retornaram. Mas ainda gosto de Chicago.

É maravilhoso estar aqui, independentemente da estação do ano. Esta cidade incrível tem tanta história de luta. É a cidade dos mártires de Haymarket**, a cidade dos sindicatos radicais, a cidade da resistência aos assassinatos de Fred Hampton e Mark Clark pela polícia. É a cidade do ativismo porto-riquenho contra o colonialismo. É a cidade de ativistas pelos direitos de imigrantes. E, como se sabe, é a cidade do Chicago Teachers Union [Sindicato de Docentes de Chicago].

Há alguns anos, Chicago foi a cidade que reavivou um movimento nacional de apoio a Assata Shakur, e lembro que Lisa Brock, Derrick Cooper, Tracye Matthews, Beth E. Richie, Cathy Cohen e outras pessoas convocaram uma campanha renovada pela defesa dos direitos e da vida de Assata Shakur. Anteontem, 2 de maio de 2013, passados quarenta anos de quando Assata foi

* Respectivamente, Centro para o Estudo de Raça, Política e Cultura e Centro para o Estudo de Gênero e Sexualidade. (N. T.)

** Referência aos oito anarquistas acusados, sem provas, de ter atirado a dinamite que matou sete policiais e quatro civis em uma manifestação por direitos trabalhistas ocorrida em 4 de maio de 1886, que acabou ficando conhecida como Massacre de Haymarket. (N. E.)

ferida a tiros pela polícia do Estado de Nova Jersey e falsamente acusada de assassinar o policial da força estadual Werner Foerster, ela se tornou a primeira mulher a ser incluída na lista de terroristas mais procurados pelo FBI.

Por que, devemos questionar, foi necessário dar um rosto de mulher ao terrorismo, especialmente após o trágico atentado a bomba na maratona de Boston? Por que foi necessário dar ao terrorismo o rosto de uma pessoa negra, especialmente depois das notícias iniciais de que o responsável pelo atentado em Boston era um homem negro ou, se não um homem negro, ao menos um homem de pele escura vestindo moletom com capuz – o fantasma de Trayvon Martin?

Assata não representa a ameaça que tem sido apresentada pelo FBI, alguém prestes a cometer um ato como o atentado a bomba na maratona de Boston. Assata certamente não é terrorista. Mas, se ela não cometeria nem está em condições de cometer atos de violência contra o governo dos Estados Unidos, o fato de que o FBI decidiu anunciar com grande alarde que agora ela é a única mulher na lista de terroristas mais procurados deveria nos levar a imaginar qual pode ser a agenda subjacente.

E eu devo dizer que me solidarizo particularmente com Assata porque, há 43 anos, fui incluída na lista das dez pessoas mais procuradas pelo FBI, e parte de vocês deve ter visto o recente documentário* sobre meu julgamento, que mostra o presidente Richard Nixon parabenizando o FBI aberta e cerimoniosamente por me capturar e, ao mesmo tempo, me classificar como terrorista. Por isso, conheço as perigosas consequências desse processo de classificação ideológica.

O fato de que isso esteja acontecendo quarenta anos depois da primeira prisão de Assata deveria nos dar motivos para refletir. Antes de tudo, lembrem-nos que há muito trabalho do século XX que ficou a ser feito. Em especial para aquelas pessoas entre nós que se identificam como defensoras da paz; da justiça racial, sexual e de gênero; de um mundo que não seja mais mutilado pela destruição do capitalismo.

Quatro décadas nos distanciam dos anos 1960, que são universalmente lembrados como uma era de ativismo radical e revolucionário. A distância histórica, no entanto, não nos exime da responsabilidade de defender e de realmente libertar quem desejava e ainda deseja dar a vida para que possamos construir um mundo livre do racismo, da guerra imperialista, do sexismo, da homofobia e da exploração capitalista.

* *Libertem Angela Davis*. Direção de Shola Lynch, 2012. (N. E.)

Por isso, eu gostaria de salientar que as memórias individuais não duram tanto quanto as memórias das instituições, especialmente daquelas de repressão. O FBI ainda é assombrado pelo fantasma de J. Edgar Hoover. A CIA e a Polícia de Imigração e Alfândega são instituições que têm memórias ativas e vívidas das lutas de massa organizadas para extirpar o racismo, para colocar fim à guerra, para derrubar o capitalismo.

Mas Leonard Peltier continua atrás das grades. Mondo we Langa e Ed Poindexter estão presos há cerca de quarenta anos. Sundiata Acoli, camarada de Assata, está na prisão. Herman Bell, Veronza Bowers e Romaine Fitzgerald seguem atrás das grades, e meu corréu Ruchell Magee está preso há cerca de cinquenta anos, meio século. Dois dos Três de Angola, Herman Wallace e Albert Woodfox, ainda estão na prisão, confinados em solitárias. E, é óbvio, Mumia Abu-Jamal, embora tenha sido retirado do corredor da morte (e isso foi uma vitória do povo), permanece atrás das grades.

Da mesma maneira que o governo dos Estados Unidos – e isso é irônico – aponta Assata como terrorista e lança um convite aberto a qualquer pessoa para capturá-la e trazê-la de volta ao país, há muitos mercenários treinados pela Blackwater e outras empresas de segurança privada que provavelmente vão querer resgatar a recompensa de 2 milhões de dólares. O governo dos Estados Unidos mantém em prisões deste país cinco cubanos que tentaram evitar ataques terroristas a Cuba. Eles investigavam o terrorismo e foram, por sua vez, acusados de terrorismo. Eu me refiro aos Cinco Cubanos – libertem os Cinco Cubanos!

Agora, o ataque a Assata incorpora a lógica do próprio terrorismo de que falsamente a acusaram. O que poderiam esperar realizar, além de levar as novas gerações de ativistas a recuar por medo? O FBI, parece-me, tenta persuadir as pessoas que são netas da geração de Assata – minha também – a se afastar das lutas para colocar fim à violência policial, para dismantelar o complexo industrial-prisional, para colocar fim à violência contra as mulheres, para colocar fim à ocupação da Palestina, para defender os direitos de imigrantes aqui e no exterior.

E acho que vocês aqui em Chicago deveriam suspeitar particularmente das representações de Assata como assassina de policiais. As mãos dela estavam ermidas quando ela foi ferida a tiros nas costas, o que paralisou temporariamente o braço que ela teria usado para sacar a arma. Vocês deveriam desconfiar, porque, de acordo com a Chicago Alliance Against Racist and Political Repression [Aliança contra a Repressão Racista e Política de Chicago], 63 pessoas foram

assassinadas pelo Departamento de Polícia de Chicago nos últimos quatro anos. E outras 253 pessoas foram feridas a tiros, sendo 172 negras e 27 latinas.

Vocês deveriam ter *muitas* suspeitas, porque, à medida que mais jovens recebem o título de descartáveis, à medida que mais jovens se tornam parte do excedente populacional que só pode ser gerenciado por meio do aprisionamento, as escolas – que poderiam começar a resolver os problemas da descartabilidade – estão sendo fechadas. De acordo com Karen Lewis, que é uma das líderes mais incríveis de nossa época, cerca de 61 escolas desta cidade terão as atividades encerradas.

Essa é uma boa maneira de trazer à cena a discussão sobre feminismo e abolicionismo, que eu considero teorias e práticas essenciais para o século XXI. Assata Shakur exemplifica, nas lutas e nas teorias feministas, o modo como as representações das mulheres negras e do envolvimento delas nas lutas revolucionárias combateram concepções ideológicas dominantes sobre as mulheres.

Na verdade, no fim do século XX houve inúmeros debates sobre como definir a categoria “mulher”. Houve diversas lutas a respeito de quem estava incluída e quem estava excluída dessa categoria. E essas lutas, creio, são centrais para compreender por que houve certa resistência por parte das mulheres de minorias étnicas e também por parte das mulheres brancas pobres e da classe trabalhadora para se identificar com o movimento feminista emergente. Muitas de nós consideramos que o movimento daquela época era excessivamente branco e, em especial, excessivamente burguês, de classe média.

Em alguns sentidos, a luta pelos direitos das mulheres foi ideologicamente definida como uma luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, expulsando mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando mulheres negras, latinas e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria “mulher”. As muitas contestações dessa categoria ajudaram a produzir o que viemos a chamar de “teorias e práticas feministas radicais das mulheres de minorias étnicas”.

No exato momento em que essas questões eram levantadas, questões sobre a universalidade da categoria “mulher”, preocupações sobre a categoria “ser humano” eram debatidas, em especial em relação ao individualismo subjacente aos discursos sobre direitos humanos. Como essa categoria poderia ser repensada? Não apenas para abarcar pessoas africanas, indígenas e outras de origem não europeia, mas também para que pudesse ser aplicada a grupos e comunidades, não apenas a indivíduos. Então, o lema “os direitos das mulheres são

direitos humanos” começou a emergir, na esteira de uma magnífica conferência que ocorreu em 1985, em Nairóbi, Quênia.

Creio que há algumas pessoas na plateia que estavam presentes naquela conferência, estou certa? Ok, vejo algumas mãos por aí, ótimo. Foi uma reunião magnífica.

Naquela conferência houve, pela primeira vez, uma delegação bastante grande de mulheres de minorias étnicas dos Estados Unidos. E acho que foi a primeira vez que mulheres de minorias étnicas dos Estados Unidos participaram ativamente na arena internacional. O problema era que muitas de nós pensávamos, então, que o que precisávamos fazer era expandir a categoria “mulher” para que abarcasse as mulheres negras, as mulheres latinas, as mulheres indígenas, e assim por diante. Pensávamos que, ao fazer isso, teríamos tratado do problema de exclusividade da categoria de modo efetivo. O que nós não percebemos na época foi que teríamos de reescrever toda a categoria, não simplesmente incorporar mais mulheres em uma categoria inalterada do que significa “mulher”.

Alguns anos antes, em 1979, uma mulher branca chamada Sandy Stone trabalhava na gravadora feminista Olivia Records. Parte de vocês deve se lembrar da Olivia Records. Essa mulher foi duramente criticada por algumas autodenominadas feministas lésbicas por não ser uma mulher de verdade e por trazer energia masculina a espaços de mulheres. Na verdade, Sandy Stone era uma mulher trans, que mais tarde escreveu alguns dos textos germinais para o desenvolvimento dos estudos sobre transgeneridade. Essa mulher não era considerada mulher porque lhe foi atribuída a designação de gênero “masculino” quando nasceu. Mas isso não impediu que depois ela afirmasse uma identidade de gênero muito diferente.

Permitam-me avançar até o momento presente, quando ativistas e pessoas da academia se envolvem com questões relativas ao abolicionismo prisional e à não conformidade de gênero e produzem algumas das teorias mais interessantes, algumas das ideias e das abordagens mais relevantes para o ativismo.

Mas, antes que eu siga por essa linha de pensamento, permitam-me comentar de passagem que hoje de manhã tive a oportunidade de comparecer a um colóquio muito empolgante sobre o tema dos hospitais psiquiátricos e das prisões, organizado pelo professor Bernard Harcourt do departamento de ciência política. Podemos aplaudi-lo. E ouvi duas brilhantes apresentações de Michael Rembis e Liat Ben-Moshe. Gostaria que vocês tivessem tido a possibilidade de ouvir suas

falas. Com frequência, pressupõe-se que problemas como o encarceramento psiquiátrico e o aprisionamento de pessoas com deficiências intelectuais e de desenvolvimento são marginais. Entretanto, o que acontece é justamente o contrário. Como tais palestrantes enfatizaram, há muito a aprender sobre o potencial de desencarceramento e de abolição das prisões, sobre as possibilidades de abolir o complexo industrial-prisional, se observarmos de perto a desinstitucionalização dos hospitais e das instituições psiquiátricas.

Isso dito, o que quero fazer é abordar outra questão e luta que, infelizmente, muitas vezes é considerada marginal para a luta mais ampla do abolicionismo prisional.

Para retomar aquelas contestações históricas em torno da categoria “mulher”, avancemos até o momento presente. Visitemos a região da baía de São Francisco, onde moro, e uma organização chamada Transgender, Gender Variant and Intersex Justice Project [Projeto Justiça para as Pessoas Transgêneras, Variantes de Gênero e Intersexuais; TGIJP, na sigla original]. Trata-se de uma organização liderada por mulheres de minorias étnicas, por mulheres trans de minorias étnicas. A diretoria executiva é ocupada por uma mulher que se chama Miss Major. E, sim, vou contar a Miss Major que ela foi muito aplaudida em Chicago; isso é particularmente importante, porque ela foi criada no bairro de South Side, não muito longe daqui. Ela descreve a si mesma como uma idosa negra, transgênera homem para mulher e ex-presidiária, nascida e criada no South Side de Chicago e ativista veterana. Ela participou da revolta de Stonewall*, em 1969. E disse que, no entanto, não era realmente politizada até a rebelião da prisão de Attica. Outro dia, eu estava conversando com ela e descobri que quem fez com que ela se engajasse politicamente foi Big Black, um dos réus de Attica e meu amigo íntimo até o fim de sua vida. Frank Smith era conhecido como Big Black, um dos líderes da rebelião de Attica, que, mais tarde, venceu uma ação judicial contra o estado de Nova York relacionada ao caso. Miss Major o conheceu na prisão. Ela disse que ele não apenas aceitava totalmente sua identidade de gênero como a orientou em diversas questões que dizem respeito às relações entre racismo, imperialismo e capitalismo.

* Em 28 de junho de 1969, a polícia invadiu o bar Stonewall Inn, em Nova York, que era frequentado pela comunidade LGBT. As pessoas tomaram as ruas, e os confrontos com a polícia duraram até o dia 1º de julho. A revolta é considerada não só a origem do Dia do Orgulho LGBT, como um marco no fortalecimento e na politização do movimento pelos direitos das pessoas LGBT. (N. T.)

O TGIJP é uma organização de base que inclui, defende e intercede em favor principalmente de mulheres trans e de mulheres trans de minorias étnicas. Essas mulheres têm de batalhar por sua inclusão na categoria “mulher” de um modo que não difere das lutas anteriores das mulheres negras e das mulheres de minorias étnicas que foram designadas com o gênero feminino ao nascer. Além disso, elas têm desenvolvido o que vejo como uma abordagem profundamente feminista, que faríamos bem em compreender e reproduzir.

Miss Major diz que prefere ser chamada de Miss Major em vez de Ms. Major*, porque, como mulher trans, ela ainda não é liberada. O trabalho do TGIJP é profundamente feminista, porque é realizado na intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero e porque se desloca de uma abordagem focada nas situações individuais de integrantes de sua comunidade – que constituem as pessoas *mais* assediadas por agentes da lei, as *mais* frequentemente detidas e encarceradas – para questões mais amplas sobre o complexo industrial-prisional. Mulheres trans de minorias étnicas vão principalmente para prisões masculinas – em especial quando não se submeteram à cirurgia de redesignação sexual, e muitas delas não desejam realizá-la. Às vezes, mesmo quando passaram pelo procedimento, acabam sendo colocadas em prisões masculinas. Depois de serem presas, com frequência recebem um tratamento mais violento por parte de agentes prisionais que as demais pessoas presas e, além disso, são discriminadas pela instituição como alvos da violência masculina. Tanto é que policiais costumam fazer piadas sobre o destino sexual das mulheres trans nas prisões masculinas para as quais são geralmente enviadas. As prisões masculinas são representadas como locais violentos. Mas percebemos, especialmente ao observar a situação das mulheres trans, que essa violência é muitas vezes encorajada pelas próprias instituições.

Muita gente aqui conhece o caso de CeCe McDonald, de Minneapolis, que foi acusada de assassinato após se deparar com um grupo que a insultou com gritos racistas, homofóbicos e transfóbicos, todos ao mesmo tempo. Agora ela está em uma prisão masculina em Minnesota, cumprindo uma

* *Miss* (senhorita, em português) é um termo utilizado para designar mulheres solteiras, em oposição a *Mrs.*, para mulheres casadas. Já o termo *Ms.* (senhorita ou senhora, em português) é empregado para mulheres independentemente de seu estado civil. Essa aceção foi popularizada pelo feminismo estadunidense nos anos 1960 e 1970 para indicar a libertação da mulher da condição de “propriedade” de um homem. Sheila Michaels é considerada responsável por difundir esse significado do termo, que inspirou o título da revista feminista estadunidense *Ms.* (N. T.)

sentença de três anos e meio. Mas, além dessa violência, as mulheres trans costumam ter negados seus tratamentos hormonais, mesmo que tenham prescrições médicas válidas.

O que quero dizer é que aprendemos muito sobre a dimensão do sistema prisional, sobre a natureza do complexo industrial-prisional, sobre a extensão do abolicionismo quando examinamos as lutas pessoais de detentas e detentos trans, especialmente mulheres trans. O mais importante de tudo isso, e é algo central para o desenvolvimento de teorias e práticas feministas abolicionistas, talvez seja a necessidade de aprendermos a pensar, agir e lutar contra o que é ideologicamente estabelecido como “normal”. As prisões são estabelecidas como “normais”. É muito trabalhoso persuadir as pessoas a pensar para além das grades, a imaginar um mundo sem prisões, a lutar pela abolição do aprisionamento como forma predominante de punição.

Nesse contexto, podemos nos perguntar: por que as mulheres trans – em especial as mulheres trans negras, que dificilmente passam sem ser reconhecidas – são consideradas desvios tão distantes da norma? Elas são consideradas desvios da norma por quase todas as pessoas da sociedade.

E, sim, nós aprendemos muito sobre gênero ao longo das décadas passadas. Suponho que quase todas as pessoas no campo dos estudos feministas leram *Problemas de gênero*, de Judith Butler*. Mas vocês também devem ler o livro mais recente de Beth Richie, uma obra incrível intitulada *Arrested Justice: Black Women, Violence and America's Prison Nation* [Justiça interrompida: mulheres negras, violência e a nação prisional dos Estados Unidos]. Observem principalmente a descrição que ela faz do caso das Quatro de Nova Jersey, quatro jovens lésbicas negras que circulavam por Greenwich Village por diversão, mas acabaram presas porque se defenderam da violência masculina. Essa violência se consolidou ainda mais pelo fato de que elas se viram representadas na mídia como uma “alcateia lésbica”. Vemos aí que raça, gênero e não conformidade sexual podem levar à bestialização racista! O que é um ataque, como um de meus alunos, Eric Stanley, salienta em sua dissertação, não apenas contra seres humanos, mas também contra os animais.

O TGIJP é uma organização abolicionista. Preconiza uma dialética entre a prestação de serviços e a defesa do abolicionismo. Assim, o TGIJP promove um tipo de feminismo que nos encoraja a ser flexíveis, que nos alerta a não nos

* Ed. bras.: trad. Renato Aguiar, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017. (N. E.)

apegarmos demais a nossos objetos, sejam eles objetos de estudo – digo isso às pessoas da academia aqui presentes –, sejam eles objetos de nossa mobilização – digo isso a ativistas aqui presentes.

O TGIJP nos mostra que esses objetos podem se tornar algo totalmente diferente em função de nosso trabalho. Ele nos mostra que, de muitas maneiras, o processo de tentar se incluir em uma categoria existente contraria os esforços para produzir resultados radicais ou revolucionários. E nos mostra não apenas que não devemos tentar incluir as mulheres trans em uma categoria que se mantém inalterada, mas que a categoria em si precisa mudar para que não simplesmente reproduza ideias normativas sobre quem pode ou não ser considerada mulher.

Contudo, por extensão, há outro aprendizado: não se apegue demais ao conceito de gênero. Porque, na verdade, quanto mais de perto o examinamos, mais descobrimos que ele está enraizado em um leque de construções sociais, políticas, culturais e ideológicas. Não é uma coisa só. Não há uma definição única, e certamente o gênero não pode ser descrito de forma adequada como estrutura binária em que o “masculino” é um polo, e o “feminino”, o outro.

Assim, levar mulheres trans, homens trans, intersexuais e muitas outras formas de não conformidade de gênero para o conceito de gênero é algo que subverte radicalmente as suposições normativas do próprio conceito de gênero.

Quero compartilhar com vocês esta maravilhosa citação de Dean Spade, que eu soube que discursou ontem:

Em meu entendimento, um esforço central de ativistas feministas, *queer* e trans tem sido desmantelar as ideologias culturais, as práticas sociais e as normas legais que dizem que certas partes do corpo determinam a identidade de gênero, as características e os papéis sociais de gênero. Nós lutamos contra a ideia de que a presença de úteros, ovários, pênis ou testículos deve ser compreendida como determinante de aspectos pessoais, como inteligência, papel parental adequado, aparência física adequada, identidade de gênero adequada, papel profissional adequado, parcerias e atividades sexuais adequadas e capacidade de tomar decisões. Temos confrontado afirmações médicas e científicas que asseguram a suposta saúde dos papéis e das atividades de gênero tradicionais que promovem a patologização dos corpos que desafiam essas normas. Continuamos a trabalhar para desfazer mitos de que as partes do corpo de alguma maneira fazem de nós quem somos (e nos tornam “piores” ou “melhores” do que outras pessoas, dependendo daquilo que temos).

Ativistas trans que atuam na academia estão realizando alguns dos trabalhos mais interessantes sobre abolicionismo prisional. Por isso, quero mencionar três livros recentes escritos por ativistas que se dedicam a pesquisas acadêmicas e que se envolveram com a política abolicionista trans. Um deles é uma fantástica antologia editada por Eric Stanley e Nat Smith, intitulada *Captive Genders: Trans Embodiment and the Prison Industrial Complex* [Gêneros cativos: corporeidade trans e o complexo industrial-prisional]. Andrea Ritchie, Kay Whitlock e Joey Mogul acabam de publicar a coletânea *Queer (In)Justice: The Criminalization of LGBT People in the United States* [(In)justiça queer: a criminalização de pessoas LGBT nos Estados Unidos]. E Dean Spade, que citei – ele é tão incrivelmente prolífico, não posso entender como escreve todos esses livros e esses artigos e está sempre na linha de frente de manifestações mundo afora –, recentemente publicou um livro intitulado *Normal Life: Administrative Violence, Critical Trans Politics, and the Limits of Law* [Vida normal: violência administrativa, política trans crítica e os limites do direito].

Esses três textos são feministas não tanto porque abordam um objeto feminista – embora racismo, complexo industrial-prisional, criminalização, prisão, violência e direito sejam todos objetos que o feminismo deveria analisar, criticar e combater por meio da luta –, mas principalmente por causa de suas metodologias. E as metodologias feministas podem ajudar de maneiras fundamentais pessoas dedicadas à pesquisa, à academia, ao ativismo e à mobilização.

O processo de descoberta do que parece ser um aspecto relativamente menor e marginal da categoria – ou que luta para entrar na categoria, de modo que possa, basicamente, acabar com ela – esclarece muito mais do que a simples observação das dimensões normativas da categoria. E, vocês sabem, pessoas da academia são treinadas para temer o inesperado, mas ativistas também sempre querem ter uma ideia muito nítida de nossas trajetórias e nossos objetivos. Em ambas as instâncias, queremos *controle*. Queremos controle, de forma que muitas vezes nossos projetos no ativismo e na academia são formulados apenas para reafirmar o que já sabemos. Mas isso não é interessante. É entediante. Então, como permitir surpresas e como torná-las produtivas?

Permitam-me fazer um comentário paralelo, porque de várias maneiras isso envolve a criação a partir do elemento surpresa. Quando estava no ensino médio, eu realmente adorava *square dance**. [Risos.] Sim, eu amava aquilo! E

* Dança tradicional dos grupos colonizadores dos Estados Unidos. Sempre ao som de uma banda, quatro pares realizam uma sequência de passos que é anunciada por um narrador ou uma narradora. (N. T.)

mais tarde, na época do movimento de libertação negra, alguém me disse que “as pessoas negras não participam de *square dance*! Por que você está dançando? Pessoas negras não participam de *square dance*!”. E, mais recentemente, deparei-me com a [banda] Carolina Chocolate Drops, que é incrível. Mas também me deparei com o relato que quero compartilhar com vocês, a respeito de uma narradora de *square dance* aqui de Chicago. Acho que o nome dela é Saundra Bryant, li isso em algum site. A narradora de *square dance* contou ter recebido um telefonema de alguém que queria que ela narrasse a dança para seu clube. Ela disse: “Está bem, vou olhar minha agenda”. Mas a pessoa prontamente exclamou: “Antes de você olhar sua agenda, é bom que você saiba que somos um clube de *square dance* gay”. Então, ela rapidamente replicou: “Bem, antes de olhar minha agenda, é bom que você saiba que eu sou uma narradora de *square dance* negra”. Assim, naquele momento, a *square dance* se tornou uma dança ao mesmo tempo negra e gay, o que provavelmente também mudou algo em relação à *square dance*.

Vocês podem pensar que fiz uma digressão, mas na verdade não, porque quero enfatizar a importância de abordar tanto nossas explorações teóricas quanto o ativismo de nosso movimento, de modo a ampliar, expandir, complicar e aprofundar nossas teorias e nossas práticas libertárias.

O feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação ao capitalismo – quer dizer, o feminismo a que me associo. E há múltiplos feminismos, certo? Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear. O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero”. As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a uma reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas.

Hoje, o que se supõe é que, uma vez que as populações transgêneras e não conformistas de gênero são relativamente pequenas (por exemplo, em um

sistema prisional que, nos Estados Unidos, constitui quase 2,5 milhões de pessoas e, nos presídios e prisões do mundo, mais de 8 milhões de pessoas), por que deveriam receber tanta atenção? Mas as abordagens feministas a respeito das prisões e, de fato, do complexo industrial-prisional, sempre insistiram que quando observamos, por exemplo, as mulheres presas, que também são um percentual muito reduzido em todo o mundo, aprendemos não apenas sobre as mulheres nas prisões, mas entendemos muito mais sobre o sistema como um todo do que se olhássemos exclusivamente para os homens nas prisões. Dessa forma, uma abordagem feminista também insistiria tanto no que podemos aprender e transformar em relação a pessoas trans e não conformistas de gênero presas quanto no que esse conhecimento e esse ativismo nos dizem sobre a natureza da punição em uma escala ampliada – sobre o próprio aparato da prisão.

É verdade que não podemos começar a pensar na abolição das prisões fora de um contexto antirracista. Também é verdade que o abolicionismo prisional abarca ou deveria abarcar a abolição do policiamento de gênero. Esse processo revela a violência epistêmica – e as pessoas aqui presentes que se dedicam aos estudos feministas sabem do que eu estou falando – inerente ao binarismo de gênero na sociedade como um todo.

Por isso, situar o feminismo em um quadro abolicionista, e vice-versa – situar o abolicionismo em um quadro feminista –, significa que levamos a sério a velha máxima feminista de que “o pessoal é político”. O pessoal é político – todo mundo se lembra disso, certo? O pessoal é político. Podemos seguir o exemplo de Beth Richie ao pensar em como é perigoso o modo pelo qual a violência institucional da prisão complementa e amplia a violência íntima da família, a violência individual do ataque físico e da agressão sexual. Também questionamos se o encarceramento de pessoas que cometem crimes faz algo além de reproduzir a mesma violência que essas pessoas supostamente cometeram. Em outras palavras, a criminalização permite que o problema persista.

Parece-me que as pessoas que trabalham na linha de frente do combate à violência contra a mulher também deveriam estar na linha de frente das lutas abolicionistas. E as pessoas que se opõem aos crimes policiais deveriam se opor também à violência doméstica – o que é construído como doméstico. Devemos compreender as conexões entre a violência pública e a violência privada ou privatizada.

Há uma dimensão filosófica feminista nas teorias e nas práticas abolicionistas. O pessoal é político. Há uma profunda força relacional que liga as lutas

contra as instituições e as lutas para reinventar nossa vida pessoal e nos remodelarmos. Sabemos, por exemplo, que muitas vezes replicamos as estruturas da justiça retributiva em nossas próprias reações emocionais. Quando alguém nos ataca, verbalmente ou de outra maneira, qual é nossa resposta? Um contra-ataque. Os impulsos retributivos do Estado estão inscritos em nossas próprias reações emocionais. O político se reproduz por meio do pessoal. Essa é uma descoberta feminista – uma descoberta feminista de inflexão marxista – que talvez revele certa influência de Foucault. É uma descoberta feminista que diz respeito à reprodução das relações que permitem a existência de algo como o complexo industrial-prisional.

A população aprisionada não poderia ter chegado a quase 2,5 milhões de pessoas nos Estados Unidos sem nosso consentimento implícito. E nem sequer reconhecemos o fato de que as instituições psiquiátricas com frequência são parte importante do complexo industrial-prisional; tampouco reconhecemos a intersecção entre o complexo industrial-farmacêutico e o complexo industrial-prisional.

Contudo, o ponto que estou levantando é que, se tivéssemos organizado uma resistência mais forte nos anos 1980 e 1990, durante a era Reagan-Bush e durante a era Clinton, não enfrentaríamos tamanho monstro hoje.

Tivemos de desaprender muito ao longo de algumas das últimas décadas. Tivemos de tentar desaprender o racismo – e não estou falando apenas das pessoas brancas. Pessoas de minorias étnicas tiveram de desaprender a presumir que o racismo é individual, que é principalmente uma questão de atitudes individuais a ser contornadas pelo treino da sensibilidade.

Vocês lembram que, há cerca de cinco anos, Don Imus chamou o time feminino de basquete da [Universidade] Rutgers de “prostitutas de cabelo ruim”? Cinco anos depois, ele está reabilitado! Mas é óbvio que isso não compensa o fato de que Troy Davis está morto, de que a vida dele foi tirada pela mais racista de todas as instituições, a pena de morte. Não há terapia psicológica suficiente nem treinamentos em grupo que possam lidar de modo eficaz com o racismo neste país, a menos que também comecemos a dismantelar as estruturas do racismo.

As prisões são a encarnação do racismo. Como Michelle Alexander salienta, elas constituem a nova [segregação] Jim Crow*. E também muito mais; como a espinha dorsal do complexo industrial-prisional, representam a crescente

* Ed. bras.: *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa* (trad. Pedro Davoglio, São Paulo, Boitempo, 2018). (N. E.)

lucratividade da punição. Representam a estratégia cada vez mais global de lidar com populações de minorias étnicas e de imigrantes de países do Sul global como populações excedentes, descartáveis.

Coloquem-nas, todas, em uma imensa lata de lixo, acrescentem algum tipo de tecnologia eletrônica sofisticada para controlá-las e deixem que definham ali. Ao mesmo tempo, criem a ilusão ideológica de que a sociedade ao redor está mais segura e mais livre porque pessoas negras, latinas, indígenas e asiáticas perigosas, pessoas brancas perigosas e, decerto, pessoas muçulmanas perigosas estão trancadas!

Enquanto isso, as corporações lucram, e as comunidades pobres padecem! A educação pública padece! A educação pública padece porque não é lucrativa, segundo parâmetros corporativos. A saúde pública padece. Se a punição pode ser lucrativa, então a assistência à saúde também deve ser lucrativa. Isso é completamente ultrajante! É ultrajante.

Também é ultrajante que o Estado de Israel utilize as tecnologias carcerárias desenvolvidas para as prisões dos Estados Unidos não apenas para controlar mais de 8 mil pessoas palestinas presas por razões políticas em Israel, mas também para controlar a população palestina como um todo.

Essas tecnologias carcerárias, como o muro de separação [na Cisjordânia] – que nos faz lembrar do muro na fronteira entre Estados Unidos e México –, entre outras, são a concretização material do *apartheid* israelense.

A organização G4S, a corporação G4S, que lucra com o encarceramento e a tortura de pessoas palestinas presas, tem uma subsidiária chamada G4S Secure Solutions, que era conhecida anteriormente como Wackenhut. E, há bem pouco tempo, uma subsidiária *dessa* corporação, o GEO Group, que administra prisões privadas, tentou reivindicar direitos de nome na Universidade Atlântica da Flórida por meio da doação de algo em torno de 6 milhões de dólares, certo? Estudantes se rebelaram. Disseram que seu estádio de futebol não receberia o nome de uma corporação de prisões privadas! E venceram. Venceram, e o nome foi retirado da marquise.

Da Califórnia, ou Texas, ou Illinois, a Israel e à Palestina ocupada, então de volta à Flórida, não deveríamos ter permitido que isso acontecesse. Não deveríamos ter permitido que isso acontecesse ao longo das últimas três décadas. E não podemos permitir que isso continue hoje.

E permitam-me dizer que eu realmente amo as novas gerações de jovens estudantes, trabalhadores e trabalhadoras. Duas gerações depois da minha –

dizem que às vezes a revolução pula uma geração. Mas essa geração que foi pulada também trabalhou duro! Se vocês, que estão na faixa dos quarenta anos, não tivessem feito o trabalho que fizeram, não teria sido possível que a nova geração surgisse. E o que eu mais gosto na geração mais nova é que ela está realmente informada a respeito do feminismo. Mesmo que não saiba disso, mesmo que não admita isso! Ela está informada sobre as lutas contra o racismo. Não está contagiada pela homofobia emocionalmente nociva que tem estado entre nós há tanto tempo. E ela está assumindo a liderança na contestação da transfobia, juntamente com o racismo e a islamofobia. Por isso, gosto de trabalhar com pessoas jovens, porque elas possibilitam que eu imagine como é não sentir tanto o peso de décadas de ideologia opressiva.

Agora, tenho só mais algumas coisas a dizer. Sei que já ultrapassei meu tempo e peço desculpas. Mas tenho só mais uma página de anotações. [Risos.]

Então, permitam-me falar que o casamento igualitário é cada vez mais aceito graças, exatamente, às pessoas jovens. Mas muitas delas também nos fazem lembrar que devemos contestar a lógica de assimilação da luta pelo casamento igualitário! Não podemos supor que, uma vez que pessoas de fora são autorizadas a entrar no círculo da instituição burguesa heteropatriarcal do casamento, a luta foi vencida.

A história das inter-relações entre feminismo e abolicionismo não tem propriamente um fim. E nesta conversa nós apenas começamos a explorar algumas de suas dimensões. Mas, se não cheguei ao fim dessa história, certamente cheguei ao fim do tempo de minha fala. Então, quero deixar para Assata Shakur a última palavra desta noite. Há alguns anos, ela escreveu:

Neste momento, não estou tão preocupada comigo. Todas as pessoas têm de morrer um dia, e tudo o que quero é partir com dignidade. Estou mais preocupada com a pobreza crescente, o desespero crescente que predomina nos Estados Unidos. Estou mais preocupada com as novas gerações, que representam nosso futuro. Estou mais preocupada com o crescimento do complexo industrial-prisional, que está novamente escravizando nosso povo. Estou mais preocupada com a repressão, a brutalidade policial, a violência, o crescimento da onda de racismo que compõem o cenário político nos Estados Unidos hoje. Nossa juventude merece um futuro, e considero um mandato ancestral ser parte da luta para garantir que ela o tenha.